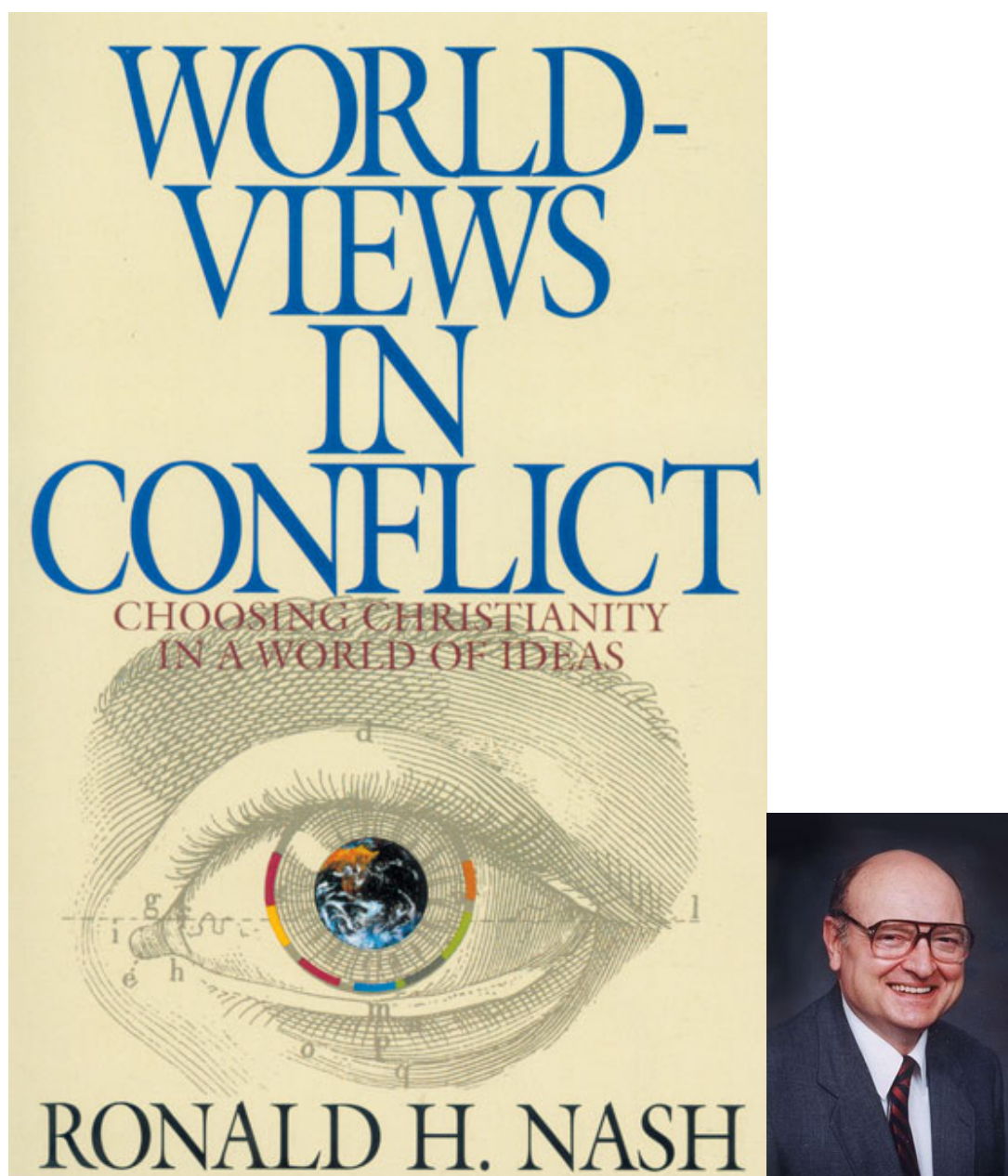


# *Cosmovisões em Conflito*

Ronald H. Nash



## CONTEÚDO

CAPÍTULO 3 – COMO ESCOLHER UMA COSMOVISÃO? .....	3
O TESTE DA RAZÃO .....	3
O TESTE DA EXPERIÊNCIA.....	5
O TESTE DA PRÁTICA .....	9
UMA QUESTÃO SOBRE MÉTODO .....	10
O PROBLEMA DA CERTEZA .....	15

## CAPÍTULO 3 – COMO ESCOLHER UMA COSMOVISÃO?

Visto que o teísmo cristão é apenas uma das muitas cosmovisões concorrentes, sobre que bases as pessoas podem fazer uma escolha racional entre os sistemas? Qual cosmovisão é mais provável que seja verdadeira? Qual é a melhor maneira, a mais promissora, de se abordar esse tipo de pergunta?

Quando confrontados com a necessidade de fazer uma escolha entre proposições fundamentais de diferentes cosmovisões concorrentes, deveríamos escolher aquela que, quando aplicada ao todo da realidade, nos dê o quadro mais coerente do mundo. Depois de tudo, como Gordon H. Clark explica, “Se um sistema pode fornecer soluções plausíveis para muitos problemas enquanto outro deixa muitas questões sem respostas, se um sistema tende menos ao ceticismo e dá mais significado à vida, se uma cosmovisão é consistente enquanto que outras são auto-contraditórias, quem pode nos negar, visto que devemos escolher, o direito de escolher o primeiro princípio mais promissor?”<sup>1</sup> O propósito desse capítulo é seguir essa linha geral de pensamento e preencher muitos dos detalhes necessários.

### TESTANDO UMA COSMOVISÃO

Três testes principais devem ser aplicados quando avaliando as cosmovisões. Eles são:

- O Teste da Razão
- O Teste da Experiência
- O Teste da Prática

### O TESTE DA RAZÃO

Para muitos cristãos, de maneira geral, a razão é vista de alguma forma como uma inimiga da fé cristã. Eu discordo fortemente com essa tese amplamente sustentada, porém auto-destrutiva.

Por teste da razão eu quero dizer a lógica ou, para ser mais específico, a lei da não-contradição. Tentativas de definir a lei da não-contradição raramente causam entusiasmo, mas eu oferecerei uma definição de qualquer forma. A lei da não-contradição declara que A, que pode ser qualquer coisa, não pode ser tanto B como

---

<sup>1</sup> Gordon H. Clark, *A Christian View of Men and Things* (Grand Rapids: Eerdmans, 1952), 34.

não-B ao mesmo tempo e no mesmo sentido. Por exemplo, uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo e no mesmo sentido, um objeto não pode ser redondo e quadrado, um ser vivo não pode ser um humano e um cachorro ao mesmo tempo e no mesmo sentido.

A presença da contradição sempre é um sinal de erro. Por conseguinte, temos o direito de esperar que um sistema conceitual seja logicamente consistente, tanto em suas partes (suas proposições individuais) como no todo. Um sistema conceitual está em óbvios problemas se lhe falta a coerência de forma lógica.

A incoerência lógica pode ser mais ou menos fatal, dependendo se a contradição existe entre crenças menos centrais ou se ela reside no próprio cerne do sistema. É por causa desse segundo tipo mais sério de falha que sistemas tais como o ceticismo e o solipsismo são auto-destrutivos.

Clark coloca o seu dedo no tendão de Aquiles do ceticismo:

O ceticismo é a posição de que nada pode ser demonstrado. E como, perguntamos, você pode demonstrar que nada pode ser demonstrado? O cético afirma que não se pode saber nada. Em sua pressa ele diz que a verdade é impossível. E é verdade que a verdade é impossível? Pois, se nenhuma proposição é verdadeira, então pelo menos uma proposição é verdadeira — a proposição, a saber, de que nenhuma proposição é verdadeira. Se a verdade é impossível, portanto, segue-se que já a alcançamos.<sup>2</sup>

O cético afirma uma contradição, pois enquanto ele sustenta que ninguém pode saber algo, ele está totalmente certo de que ele sabe que ninguém pode saber algo, ou, pelo menos, ele *sabe* que ele duvida que alguém possa saber algo.

Alguns filósofos têm descrito tais visões como sendo *auto-referencialmente absurdas*. O que isso significa é que se uma posição se aplicar a si mesma, o resultado não terá sentido — um absurdo auto-destrutivo. O solipsismo é outra teoria que parece cair nessa armadilha. Um solipsista é uma pessoa que reivindica que somente ele existe. Nada mais e ninguém mais existe. Mas então, alguém deve se perguntar, a quem o solipsista afirma essa reivindicação? Por que alguém que seriamente crê que ele é o único ser que existe, gastaria tal energia tentando produzir argumentos que apóiem sua crença?

Por causa de sua importância, e a dificuldade que algumas pessoas têm de compreendê-la, eu comentarei um pouco mais no capítulo quatro sobre o teste da

---

<sup>2</sup> Ibid., 30.

razão. Por ora, estou contente em estabelecer o ponto de que as cosmovisões sempre deveriam se submeter ao teste da lei da não-contradição. A inconsistência sempre é um sinal de erro. Como notado, algumas posições filosóficas parecem auto-destrutivas no sentido de que elas são internamente contraproducentes.

Claramente, a acusação de inconsistência deveria ser tomada seriamente. A menos que os proponentes de uma cosmovisão possam refutar com sucesso a acusação, eles devem considerar o sistema deles como sendo mortalmente doente.

Contudo, a despeito de toda a sua importância, o teste da consistência lógica nunca pode ser o único critério pelo qual avaliemos as cosmovisões. No máximo, a lógica pode ser somente um teste negativo. Embora a presença de uma contradição nos alerte sobre a presença do erro, a ausência de contradição não nos garante a presença da verdade. Para isso, precisamos de outro critério.

## O TESTE DA EXPERIÊNCIA

As cosmovisões devem passar não somente no teste da razão; elas devem satisfazer também o teste da experiência. As cosmovisões deveriam ser relevantes para o que sabemos sobre o mundo e nós mesmos.

Contudo, uma distinção importante deve ser introduzida nesse ponto. Certamente, a experiência humana, que funciona como um teste das crenças das cosmovisões, inclui nossa experiência do mundo fora de nós. É apropriado que as pessoas apresentem objeções quando uma reivindicação de uma cosmovisão conflita com o que sabemos ser verdade com respeito ao universo físico. Esta é uma razão pela qual nenhum leitor desse livro crê que o mundo seja plano ou que o sol seja o centro do universo. Contudo, parece que muitos que urgem a validação objetiva falham em dar o crédito apropriado à validação subjetiva fornecida pela nossa consciência de nosso “mundo interior”.<sup>3</sup> Por essa razão, meu breve relato do teste da experiência será dividido em duas partes: o teste do mundo exterior e o teste do mundo interior.

---

<sup>3</sup> Minha linguagem nessa seção não deve ser entendida de uma maneira que sugira que eu vejo o ser humano como um tipo de “fantasma numa máquina”. Frases como *mundo exterior*, *mundo interior* e *o mundo fora de nós* são simplesmente metáforas que nos vêm naturalmente a todos aqueles que, no momento, não estão lendo um ensaio para uma classe de filosofia. Minha linguagem não tem o objetivo de implicar alguma teoria metafísica particular (por exemplo, uma opinião com respeito ao problema da mente-corpo), ou uma visão epistemológica (tal como a teoria representativa da percepção dos sentidos). Para usar um termo mais bem extravagante, minha linguagem é linguagem fenomenológica, isto é, descreve a maneira na qual as diferentes coisas aparecem diante de nós. A experiência com minha máquina de escrever nesse momento é *de* um objeto que parece existir fora de e independente de minha consciência ou percepção da máquina de escrever. Minha consciência de meus próprios estados mentais (expressáveis em proposições como “tenho fome”) é *de* algo que a maioria das

### *O Teste do Mundo Exterior*

Nós temos o direito de esperar que as cosmovisões tenham contato com nossa experiência do mundo fora de nós. Elas deveriam nos ajudar a entender o que percebemos.

Uma série de cosmovisões fracassa nesse teste. Elas incluem as seguintes:

1. Deus criou o mundo há seis mil anos atrás.
2. A dor e a morte são ilusões.
3. Todos os seres humanos são inerentemente bons.
4. Milagres são impossíveis

Afortunadamente, poucos cristãos hoje seguem as sugestões equivocadas de alguns que ensinam que o mundo tem somente seis mil anos de idade. O cálculo errôneo da cronológica bíblica que levou o Arcebispo Ussher a essa conclusão é agora amplamente rejeitado. Por conseguinte, poucos cristãos têm problemas em entender as camadas de carbono e os fósseis nesse planeta ou a luz dos sóis que estão há milhões de anos luz. Embora uns poucos modernistas religiosos envelhecidos e seguidores jovens dos cultos da Nova Era ainda creiam na bondade inerente das pessoas, os cristãos e outros observadores realistas reconhecem a propensão não ensinada e não aprendida dos seres humanos para pecar. E como veremos em breve, o repúdio moderno para com os milagres não é uma conclusão derivada a partir de uma evidência irrefutável, mas, pelo contrário, é uma consequência de um compromisso quase-religioso para com a cosmovisão conhecida como naturalismo.

A inabilidade da segunda proposição na minha lista — a crença de que a dor e a morte são ilusórias — de passar no teste de nossa experiência do mundo exterior é uma na qual penso frequentemente por causa de uma triste experiência que tive há muitos anos atrás. Há muitos anos atrás estive empregado como servente num hospital da Nova Inglaterra (região norte dos Estados Unidos). Um dia uma cientista cristã foi admitida com câncer terminal. Ciente de que a Ciência Cristã nega a realidade da enfermidade, da dor e da morte, eu me perguntava por que ela estaria ali. Então, eu descobri que à medida que o câncer se espalhava e sua condição ficava cada vez mais desesperada, o odor de sua carne enferma se tornou tão insuportável que sua

---

peças descreve de forma cômoda e pertencente ao seu mundo interior. Enquanto a linguagem for entendida de uma forma não literal, não há problema.

família a colocou no hospital para eliminar a fetidez da casa. Ela morreu dentro de poucos dias. Uma pessoa pode repetir as palavras “tudo isso é somente uma ilusão” tanto quanto quiser. As reivindicações são contraditas pelo teste do mundo exterior.

Eu não quero que minha posição sobre esse teste particular seja mal-entendida. A conformidade com a observação humana não é o teste exclusivo das reivindicações de uma cosmovisão. Isso deve ficar claro pelo que eu já disse sobre a razão como um teste. Eu não sou um empirista; isto é, eu não creio que o conhecimento humano comece com a experiência sensorial.<sup>4</sup> Nem eu assumo que os humanos sejam sempre capazes de abordar a informação sensorial de uma maneira impessoal e indiferente.<sup>5</sup> E eu certamente não creio que os proponentes de cosmovisões concorrentes sempre interpretarão a mesma informação sensorial da mesma forma. Porém, eu insisto em tomar a visão do senso comum de que nenhuma cosmovisão merece respeito se ela ignora ou é inconsistente com a experiência humana. Eu também insisto, contudo, que a experiência humana que consideramos quando avaliando as cosmovisões deve ser ampla o suficiente para incluir tanto a experiência do mundo exterior como do mundo interior.

### *O Teste do Mundo Interior*

Como temos visto, as cosmovisões devem satisfazer o que conhecemos sobre o mundo exterior. Mas elas precisam satisfazer também o que conhecemos sobre nós mesmos. Exemplos desse segundo tipo de informação incluem os seguintes: eu sou um ser que pensa, tem esperança, experimenta prazer e dor, crê e deseja. Sou também um ser que frequentemente está consciente do que é certo e do que é errado, e que frequentemente se sente culpado e pecaminoso por ter fracassado em fazer o que era certo. Eu sou um ser que recorda o passado, que é consciente do presente e que antecipa o futuro. Posso pensar sobre coisas que não existem. Posso planejar e então executar meus planos. Sou capaz de agir intencionalmente; ao invés de responder meramente ao estímulo, posso desejar fazer algo e logo realizá-lo de fato. Sou uma pessoa que ama outros seres humanos. Posso mostrar empatia por outros e compartilhar suas dores e alegrias. Sei que algum dia morrerei, e tenho fé de que sobreviverei à morte do meu corpo. E como expliquei num capítulo anterior, frequentemente pareço ser sobrepujado por estados de ânimo e emoções, o que sugere que a satisfação última que procuro é inalcançável nessa vida.

---

<sup>4</sup> Veja meu livro *The Word of God and the Mind of Man*, especialmente o capítulo 7.

<sup>5</sup> Veja meu livro *Christian Faith and Historical Understanding* (Dallas: Probe Books, 1984).

Um exemplo de como o teste do mundo interior pode ser bem usado é o livro *Mere Christianity*<sup>6</sup> de Lewis. Ele começa fazendo com que seus leitores reflitam sobre sua própria consciência moral. Cada ser humano faz distinções entre certo e errado. Até mesmo pessoas que professam ser relativistas éticas agem de maneira contrária a sua profissão, quando eles mesmos agem de forma incorreta. Quando alguém nos agrava, nosso protesto deixa claro que cremos que a outra pessoa é consciente da mesma lei moral. O que interessa a Lewis com respeito às observações que as pessoas fazem quando discutem é isso:

Não há quem não tenha presenciado discussões. Às vezes parece até engraçado, outras vezes é simplesmente desagradável; mas, seja lá como for, creio que podemos aprender algo muito importante com o que se diz por aí. São ditas frases assim: “E se alguém lhe fizesse o mesmo?”; “Esse lugar é meu, eu cheguei primeiro”; “Deixe-o em paz, ele não está lhe fazendo nada”; “Por que você tem de ser o primeiro a entrar?”; “Me dá um pedaço de laranja, eu lhe dei um pedaço da minha”; “Vamos, você prometeu!” Tais frases são ditas todos os dias, tanto por pessoas cultas como por incultas, tanto por crianças quanto por adultos.

Ora, o que me interessa com respeito a estas observações é que quem as faz não está simplesmente dizendo que o comportamento do próximo não lhe agrada, mas sim que está apelando para algum padrão de comportamento que espera que o outro saiba. É muito difícil este último replicar: “Vá para o inferno com o seu padrão de comportamento!” Quase sempre ele procura provar que o que fez não foi contra o padrão, ou, se foi, é porque teve algum motivo especial. Quer fazer crer que há uma razão especial, neste caso em particular, pela qual a pessoa que tomou o lugar não deveria guardá-lo, ou que a situação era completamente diferente quando lhe deram o pedaço de laranja, ou que algo aconteceu que o livra de cumprir o prometido. Parece que as duas pessoas têm em mente algum tipo de Lei ou Regra sobre a lealdade, sobre a honestidade, sobre a moralidade, ou como se queira chamá-la, a respeito do qual estão realmente de acordo. Não há dúvida quanto a isso, porque se assim não fosse poderiam, naturalmente, lutar como animais, mas não teriam condições de *discutir*, no sentido humano desta palavra. Discutir significa procurar mostrar que a outra pessoa está errada. E não haveria sentido em procurar fazer isso se os dois não estivessem de acordo com o que seja Certo e Errado; tal como não haveria sentido em dizer que um jogador de futebol cometeu uma falta, a não ser que tenha havido um acordo sobre as regras do futebol.<sup>7</sup>

Quais condições melhor explicam o fato da consciência moral humana? Qual cosmovisão melhor explica essa informação sobre o nosso mundo interior? Lewis continua para testar várias cosmovisões concorrentes em termos de sua adequação como uma explicação para esse fenômeno. Ele recusa as visões materialistas do universo, pois elas não podem oferecer uma explicação para a consciência moral. Ele

<sup>6</sup> Lewis, *Mere Christianity* (New York: Macmillan, 190), especialmente o livro 1.

<sup>7</sup> *Ibid.*, 17-18.



rejeita o panteísmo, pois um Deus panteísta está além do bem e do mal; nenhuma distinção moral real é possível num universo panteísta. Ele rejeita o dualismo (a crença em duas deidades co-iguais e co-eternas, uma boa e outra má), pois ele não pode explicar como nós sabemos quais dos dois princípios “últimos” é bom.<sup>8</sup>

Uma razão pela qual muitos tendem a se concentrar no mundo exterior como o teste empírico principal das cosmovisões pode ser as dificuldades que acompanham os esforços para se olhar “para dentro”. Edward John Carnell argumenta:

Quando formulando uma filosofia de vida, eu contendo que o fato menos acessível, e assim, o mais desconcertante para isolar e classificar, é o complexo ambiente moral e espiritual do próprio filósofo. A maioria dos esforços de abstração falha em impressionar o homem comum porque os sábios raramente tomam tempo para interpretar a vida desde dentro, desde o centro de sua própria perspectiva como indivíduos... Uma cosmovisão permanece truncada no grau em que um pensador deixe de tratar com a informação obtida através de uma participação humilde no ambiente moral e espiritual... O que significa o encontrar-se num ambiente moral e espiritual pode ser aprendido somente quando uma pessoa se familiariza com as realidades que lhe vinculam com a própria existência. Essa peregrinação para o interior é uma dolorosa responsabilidade pessoal, pois somente o próprio indivíduo tem acesso aos segredos de sua vida moral e espiritual.<sup>9</sup>

Mas não importa quão difícil possa ser olhar honestamente para o nosso ser interior, estamos corretos ao desconfiar daqueles cuja defesa de uma cosmovisão ignora ou rejeita o mundo interior.

## O TESTE DA PRÁTICA

As cosmovisões devem ser testadas não somente na aula de filosofia, mas também no laboratório da vida. Uma coisa é uma cosmovisão passar por certos testes teóricos (razão e experiência); e outra é uma cosmovisão também passar num teste prático importante, a saber: uma pessoa que professa essa cosmovisão, pode viver *consistentemente* em harmonia com o sistema que ela professa? Ou descobrimos que ela

---

<sup>8</sup> Ibid., livro 2, capítulo 1. Certamente, não pode haver dois princípios últimos. Tal reivindicação contradiz o significado de *último*.

<sup>9</sup> Edward John Carnell, *The Case for Biblical Christianity*, ed. Ronald Nash (Grand Rapids: Eerdmans, 1969), 58.

é forçada a viver de acordo com crenças emprestadas de um sistema concorrente? Tal descoberta, eu sugiro, deve produzir mais do que embaraço.

Esse teste prático desempenhou um papel importante no obra do pensador cristão Francis Schaeffer. Thomas Morris explica a posição de Schaeffer:

Nenhum não-cristão pode ser consistente na correspondência de ao menos alguns de seus pensamentos e ações diárias com a conclusão relevante que logicamente se derivaria a partir de seu conjunto básico de pressuposições. A orientação da posição [de Schaeffer] foi que os não-cristãos enfrentariam tempos difíceis ao colocar consistentemente em prática suas pressuposições, enquanto vivam no contexto de seu próprio [mundo interior] e exterior.<sup>10</sup>

O teste prático ou existencial de Schaeffer ajudou a estabelecer o fundamento para o argumento contundente de Morris:

Somente as pressuposições do Cristianismo histórico explicam e se correspondem adequadamente com as condições nas quais todo homem deve viver: o mundo exterior com sua forma e complexidade; e o mundo interior das próprias características do homem como ser humano. Esse “mundo interior” inclui tais qualidades humanas “como o desejo de transcendência, amor, significado e o temor de não-ser, entre outros”.<sup>11</sup>

Uma coisa deve ficar clara: qualquer leitor que chegue a crer que os comentários de Schaeffer são verdadeiros terá uma poderosa razão para aceitar a cosmovisão cristã. Deveríamos guardar suas palavras em mente enquanto continuamos nossa jornada.

## UMA QUESTÃO SOBRE MÉTODO

Na primeira parte desse capítulo, eu examinei vários testes diferentes que podem ser usados para apoiar julgamentos sobre a adequação de cosmovisões concorrentes. Eu quero agora levar a questão do teste de cosmovisões um pouco mais adiante, lançando

---

<sup>10</sup> Thomas Morris, *Francis Schaeffer's Apologetics* (Grand Rapids: Baker, 1987), 21-22. A obra de Schaeffer tem sido mal-entendida, mui ironicamente, por certo número de pensadores evangélicos. Para uma tentativa de deixar as coisas registradas de uma maneira justa, veja Ronald Nash, “The Life and Mind and the Way of Life”, in *Francis Schaeffer: Portraits of the Man and His Work*, ed. Lane T. Dennis [Westchester, Ill.: Crossway, 1986], cap. 3. Também digno de consulta, no mesmo livro, é o capítulo de Lane Dennis, intitulado “Schaeffer and His Critics”.

<sup>11</sup> *Ibid.*, 21. Nesse parágrafo, Morris está tanto parafraseando como citando Schaeffer.

luz sobre o tipo de método ou procedimento que estou recomendando. Uma coisa que quero deixar clara é que meu método *não* é dedutivo.

O silogismo<sup>12</sup> mais famoso da história, que começa com a premissa fundamental de que “todos os homens são mortais”, fornece uma premissa menor que é mais específica (“Sócrates é um homem”), e finaliza com uma conclusão (“Sócrates é um mortal”), cuja verdade já está implícita nas premissas. A validade de um argumento dedutivo é uma função de sua forma, não de seu conteúdo. Isto é, *qualquer* argumento que tenha a mesma forma lógica<sup>13</sup> desse famoso modelo, a despeito das palavras particulares que possam ser substituídas, é válido. A conclusão de um argumento dedutivo válido nunca contém informação que já não esteja presente nas premissas. A maior vantagem de qualquer argumento dedutivo válido é que ele fornece *certeza lógica*. No caso de qualquer argumento válido, se as premissas são verdadeiras, então a conclusão *deve* ser verdadeira.<sup>14</sup>

O raciocínio indutivo também assume várias formas diferentes. Ele pode envolver desde uns poucos casos específicos até uma generalização sobre os muitos casos. Ou pode envolver o que é chamado de raciocínio analógico: porque se pensa que duas coisas são parecidas ou análogas num aspecto, alguém infere que elas são parecidas em outro aspecto. A forma chave na qual o raciocínio indutivo difere do dedutivo é na ausência da certeza lógica no pensamento indutivo. O máximo que qualquer argumento indutivo pode fornecer é uma probabilidade.

Visto que o método recomendado nesse capítulo não é dedutivo, suas conclusões carecem de certeza lógica; a probabilidade nesse tipo de raciocínio é inevitável; Algumas pessoas acham difícil entender e aceitar isso. Elas agem como se recomendar um procedimento que fornece “unicamente” uma probabilidade não é algo simplesmente suspeito; é perigosamente subversivo. Dado que tais julgamentos manifestam um claro mal-entendido do que é ou não é possível no raciocínio indutivo, eu ofereço a seguinte explicação.

---

<sup>12</sup> O raciocínio dedutivo não precisa tomar a forma de meu famoso exemplo. O raciocínio dedutivo pode ser hipotético (se  $p$ , então  $q$ ;  $p$ ; portanto,  $q$ ) ou disjuntivo na forma ( $p$  ou  $q$ ; não  $q$ , portanto,  $p$ ). Obviamente esse parágrafo não tem o propósito de ser um substituto de todo um livro-texto de lógica.

<sup>13</sup> A forma lógica do nosso silogismo pode ser clarificada substituindo com letras os termos do argumento original: Todo A é B; todo C é A; portanto, todo C é B. Qualquer argumento que tenha essa forma é válido. Outras formas válidas e inválidas de silogismos categóricos são identificadas nos livros padrões de lógica.

<sup>14</sup> Qualquer estudante iniciante de lógica também aprende que a validade e a verdade devem ser distinguidas. A veracidade (ou a falsidade) é uma propriedade dos argumentos. Se as premissas de um argumento válido são certas, então a conclusão deve ser certa. Porém, se uma ou mais das premissas de qualquer argumento são falsas, nada pode ser inferido com respeito à verdade ou falsidade da conclusão.

Vários tipos de raciocínio ilustram o enfoque que tenho em mente. O filósofo britânico Basil Mitchell comparou o teste das cosmovisões com a maneira na qual alguém procura a interpretação correta de um texto escrito.<sup>15</sup> Todo estudante da Bíblia, e de qualquer outra grande literatura, sabe quão difícil pode ser algumas vezes compreender o significado do autor numa frase, oração ou parágrafo particular. A melhor interpretação é aquela que leva em consideração mais fielmente a mensagem de todo o texto em seu contexto histórico e literário. Antes que sugerir uma interpretação final, uma pessoa deve estudar cuidadosamente o vocabulário, o contexto textual e o cenário histórico no qual o texto foi escrito. A interpretação mais provável é aquela que melhor se ajuste a toda a informação relevante. Não importa quão cuidadosamente o intérprete tenha feito o seu trabalho, nenhuma interpretação pode jamais alcançar a certeza lógica. As interpretações concorrentes serão mais ou menos prováveis, dependendo de quão bem se ajustem.

A interpretação de eventos históricos é outro exemplo de tipo de raciocínio usado ao avaliar cosmovisões. Quando Elizabeth I se tornou rainha da Inglaterra em 1558, seu título oficial dizia: “Elizabeth, pela Graça de Deus, Rainha da Inglaterra, França e Espanha, Defensora da Fé, etc.”.<sup>16</sup> Isso levanta uma pergunta interessante. O que esse “etc.” está fazendo no título da rainha? Aqui está algo que parece exigir uma explicação. Ernest Nagel sumariza o intento de um historiador para explicar seu sentido.

O historiador legal F. W. Maitland propôs a seguinte explicação. Ele primeiro mostrou que o (“etc.”) na proclamação não estava ali de forma inadvertida, mas tinha sido introduzido deliberadamente. Também apontou que Elizabeth foi confrontada com as alternativas de reconhecer [com sua meia-irmã, a falecida Rainha Maria] a supremacia eclesiástica do Papa, ou de descartar as estátuas Marianas e romper com Roma, como seu pai tinha feito — uma decisão por qualquer uma das alternativas carregava graves perigos, pois o alinhamento das forças políticas e militares, tanto em casa como no exterior, que favoreciam cada uma das alternativas, estava bastante agitado. Maitland, portanto, argumentou que, com o propósito de não se comprometer com nenhuma dessas alternativas naquele momento, Elizabeth empregou uma formulação ambígua na proclamação de seu título — uma formulação que pudesse ser compatível com qualquer decisão que ela poderia tomar eventualmente. Consequentemente, segundo sua própria declaração resumida e sucinta da explicação: “Assim poderíamos expandir o símbolo desse modo: [“etc.”] — e (se os eventos futuros assim o decidirem, mas não de outra

---

<sup>15</sup> Veja Basil Mitchell, *The Justification of Religious Belief* (New York: Seabury, 1973), 40ff.

<sup>16</sup> Tomei a liberdade de mudar a ortografia e a pontuação para facilitar a leitura do título.

maneira) da Igreja da Inglaterra e também da Irlanda sobre a terra, a Cabeça Suprema.<sup>17</sup>

O historiador aborda seu material de forma muito parecida com a qual o intérprete aborda o seu texto. Ambos são confrontados com o desafio de entender e explicar algo. Ambos reúnem tanta informação relevante quanto possam. Ambos promovem uma teoria ou hipótese; talvez outros intérpretes e historiadores ofereçam hipóteses concorrentes. A hipótese de Maitland foi que a aparição do “etc.” no título da Rainha Elizabeth não foi um acidente por parte de alguém; ele estava ali por uma razão. E a razão deve ser encontrada nas circunstâncias históricas perigosas que suscitaram quando Elizabeth subiu ao trono. Ter reivindicado explicitamente a liderança da Igreja da Inglaterra em 1558 certamente teria levado à guerra com a Espanha e a uma possível insurreição na Inglaterra. Renunciar nesse momento a qualquer afirmação posterior de tal autoridade sobre a Igreja da Inglaterra parecia algo pouco sensato. E assim, Maitland teorizou, Elizabeth decidiu recorrer a uma tática de protelação incluindo aquele “etc.” aparentemente inofensivo em seu título oficial. Mais tarde, quando os eventos futuros fizessem as opiniões dela mais claras e uma decisão final mais segura, ela poderia anunciar tudo o que aquele “etc.” incluía. A interpretação de Maitland é correta? Qualquer decisão final depende de se ela satisfaz melhor tudo o que sabemos sobre os tempos e o pensamento de Elizabeth do que qualquer outra interpretação rival. Uma vez mais, o máximo que qualquer interpretação pode esperar alcançar é um alto grau de probabilidade.

Uma terceira analogia se encontra nos processos pelos quais os detetives fictícios como Sherlock Holmes e Hercule Poirot empreendem para revolver os mistérios. A maioria das pessoas que lê os romances de Sir Arthur Conan Doyle e Agatha Christie tenta “resolver” o mistério antes que a resposta final seja finalmente revelada. Consciente ou inconscientemente, o leitor promove e descarta várias hipóteses (soluções propostas) à medida que a trama se desenrola. A revelação de nova informação pode não ratificar uma teoria e dar grande plausibilidade a outra. A resposta correta é uma que melhor satisfaça todas as pistas.

Até aqui, uma propriedade, a *coerência*, caracteriza as melhores interpretações textuais, explicações históricas, e soluções para os romances de mistério. A teoria superior é aquela que é mais coerente com tudo o que sabemos; a melhor interpretação, explicação ou resposta, é aquela que melhor se ajusta a toda a informação.

Outro exemplo de procedimento que recomendo para avaliar cosmovisões pode ser encontrado na maneira como os cientistas buscam uma explicação para um

---

<sup>17</sup> Ernest Nagel, *The Structure of Science* (Nova York: Harcourt, Brace & World, 1961), 552. A citação de Nagel provém de F. W. Maitland, “Elizabethan Gleanings”, nos *Collected Papers* de Maitland (Londres, 1911), 3:157-65.

fenômeno. Eles perguntam: “Quais condições fazem sentido para essa situação?” Eles geralmente acham necessário considerar várias possibilidades. As várias alternativas que examinam se tornam hipóteses, que logo são confirmadas ou rejeitadas por quão bem explicam o fenômeno. Qual explicação, qual hipótese, soluciona melhor essa situação? Isso é similar à maneira na qual um erudito literário se decide pelo significado de um texto, à maneira na qual um historiador chega a uma decisão com respeito à explicação de um evento histórico, e à maneira na qual Sherlock Holmes resolvia um crime. O procedimento é similar à maneira na qual avaliamos cosmovisões. Os investigadores honestos dizem para si mesmos: “Aqui está o que eu sei sobre o mundo interior e exterior. Agora, qual proposição fundamental, qual cosmovisão, realiza melhor o trabalho explicando tudo isso?”.

Os eruditos literários, historiadores, detetives, cientistas e investigadores de cosmovisões que são bons em seu labor, não se detêm com o primeiro pedaço de informação que confirme sua teoria; eles continuam buscando. À medida que a quantidade de informação confirmatória cresce, assim também aumenta a probabilidade da verdade da hipótese. Uma grande quantidade de observações, tomadas juntas, fornece um juízo acumulativo que aumenta a probabilidade de que uma hipótese seja verdadeira. Thomas Morris fornece uma ilustração útil:

Suponha que estejamos num quarto sem janelas e que estejamos considerando duas hipóteses rivais: está chovendo lá fora e está fazendo sol lá fora. Há muitos eventos que seriam esperados ocorrer se a hipótese da chuva fosse verdadeira, porém não se a hipótese do sol fosse verdadeira, tais como: som das gotas de água caindo no teto, um amigo que entra ensopado, chuva correndo pela rua, etc. Suponha que escutemos o som da água golpeando o teto (uma observação dos eventos anteriores). Essa observação confirma e eleva a probabilidade da hipótese da chuva. *Sabemos* então que a hipótese da chuva é certa, que está chovendo lá fora?<sup>18</sup>

A resposta, certamente, é não. Mesmo que aconteça de ouvirmos a água batendo no teto, isso poderia ser devido a alguém que está lançando água ali e possivelmente o sol esteja brilhando lá fora. Morris continua:

Da mesma forma, suponha que vejamos um amigo entrar no quarto totalmente ensopado. Essa observação também confirma e eleva a probabilidade da hipótese da chuva, porém, tão pouco prova de maneira concludente que seja verdadeira. O homem com a mangueira de água poderia tê-lo molhado. Finalmente, suponha que escutemos o som de automóveis passando sobre a rua molhada. Essa também seria uma observação de confirmação, porém uma vez

---

<sup>18</sup> Morris, *Schaeffer's Apologetics*, 96

mais não totalmente decisiva, pois pode ser que os garis da cidade tenham lavado a rua, e o tempo em si esteja belamente ensolarado. Ainda que nenhuma das observações anteriores provasse de maneira conclusiva que está chovendo lá fora, seu efeito acumulativo aumentaria a probabilidade da hipótese de chuva de uma maneira tão elevada que estaríamos plenamente justificados em crer que está chovendo lá fora. Pode-se dizer que essa crença é um resultado e uma resposta subjetiva justificada ante a probabilidade acumulativa dada à hipótese da chuva pelas três observações confirmatórias.<sup>19</sup>

Morris admite prontamente que em nossas vidas diárias não operamos em termos de um procedimento tão formal. Não promovemos de maneira consciente, e logo revisamos, uma hipótese concorrente simplesmente para alcançar uma decisão sobre se o sol está brilhando lá fora. Mas, ele conclui que se uma hipótese ou explicação se ajusta melhor às nossas observações do mundo interior e do exterior, se uma hipótese tem sentido tanto de maneira teórica como existencial, não seríamos insensatos ao recusá-la em favor de uma hipótese que se adapta bem menos?<sup>20</sup>

## O PROBLEMA DA CERTEZA

Mas, o que dizer sobre a certeza? Os indivíduos poderiam perguntar: não há algo sacrílego numa suposta justificação de crença religiosa que nos deixe com nada mais que meras probabilidades? Não existe um enfoque alternativo que nos permita crer com certeza? E se sim, não seria tal alternativa mais recomendável do que, digamos, um sistema que promete nada mais que uma probabilidade?

Questões como essas revelam um sério mal-entendido por parte de quem está perguntando. Eles precisam de instrução sobre a diferença entre o tipo de certeza que se encontra na matemática e na lógica (chama-se certeza lógica) e aquela certeza disponível em outras áreas (chama-se certeza psicológica ou moral).

---

<sup>19</sup> Ibid., 96-97.

<sup>20</sup> Não quero pressionar a analogia de uma hipótese científica além dos limites. Por uma razão, seria um erro sério considerar um compromisso de fé com Jesus Cristo tão análogo à maneira na qual algumas vezes postulamos hipóteses tentativas. Porém, ao mesmo tempo, a fé em Jesus Cristo e nossa crença na verdade da cosmovisão cristã *estão* relacionadas com a informação e as experiências que servem para confirmar ou refutar tal crença. Jesus não pediu que seus seguidores cressem contra toda razão ou com falta de razão. Pelo contrário, ele lhes deu razões *para* crer. Eu discuto alguns aspectos da relação entre a fé e a razão em meu livro *Christian Faith and Historical Understanding*, capítulo 8.

A certeza lógica se encontra exclusivamente em áreas tais como a lógica formal, geometria e matemática. Exemplos de proposições que podem ser conhecidas com certeza lógica incluem estas:

1. Sete mais cinco é igual a doze.
2. Nenhum objeto poder ser redondo e quadrado ao mesmo tempo e no mesmo sentido.
3. Richard Nixon foi o trigésimo sexto presidente dos Estados Unidos e ele não foi o trigésimo sexto presidente dos Estados Unidos.

A certeza lógica se limita a esse tipo de pensamento. A proposição número 1 é verdadeira, certamente, por causa das leis da matemática. A número 2 é verdadeira por causa da lei da não-contradição. A número 3 é verdadeira por causa da lei do terceiro excluído. Para que qualquer proposição seja certa nesse sentido lógico, essa deve ser necessariamente verdadeira ou falsa.

Porém, proposições tais como “Jesus Cristo se levantou corporalmente da sepultura”, “Deus criou o mundo”, e “a Bíblia contém sessenta e seis livros” não podem alcançar o status de certeza lógica, nem o podem proposições informativas sobre história, geografia, física, astronomia, ou economia do lar; nem o pode qualquer *cosmovisão*. Uma vez que alguém deixa a arena do raciocínio puramente formal para dirigir-se ao mundo do sangue, suor e lágrimas, requer-se que essa pessoa abandone a certeza lógica pela probabilidade. Os julgamentos informativos sobre coisas e eventos particulares (ou coleções de coisas e eventos) nunca podem se elevar acima da probabilidade. Como Edward John Carnell certa vez observou:

Essa admissão de que a prova do Cristianismo para a ressurreição de Cristo não pode elevar-se acima da probabilidade não é uma forma de debilidade; é, antes, um indicativo de que o cristão possui uma *cosmovisão* que está fazendo o esforço sincero para assumir a história como tal. O Cristianismo não é um sistema de pensamento dedutivamente necessário que tem sido produzido pela cabeça de um filósofo, totalmente indiferente para com a marcha da história humana que se encontra abaixo dele.<sup>21</sup>

Porém, ainda que nenhuma *cosmovisão* possa se elevar acima da probabilidade lógica, esta ainda pode ser crida com certeza moral. Uma única proposição ou sistema de proposições que sejam prováveis somente no sentido lógico ainda podem gerar certeza no sentido psicológico ou moral. Carnell adiciona:

---

<sup>21</sup> Edward John Carnell, *An Introduction to Christian Apologetics* (Grand Rapids: Eerdmans, 1948), 114-15.



A probabilidade racional e a segurança moral completa ou perfeita não são, de nenhuma maneira, incompatíveis. Estamos moralmente seguros de que existiu um homem chamado George Washington, ainda que a evidência racional para a sua existência seja somente provável. Toda mente precisa estar convencida de sua coerência para estar moralmente segura... Os argumentos a favor do Cristianismo — ainda que prováveis na força racional — movem o cristão a agir sobre a suposição da verdade da fé cristã.<sup>22</sup>

Antes de agir — frequentemente em questões que podem ter um impacto significativo sobre as nossas vidas e nossa felicidade — poucas vezes nos detemos e nos engajamos num processo de fazer inferências formais. Antes de entrar num elevador, por exemplo, poucas pessoas normais introduzem informação sobre o elevador num computador portátil para verificar as probabilidades de alcançar seu destino com segurança. Frequentemente agimos na vida com maior segurança (certeza moral) do que as evidências nos garantem. Realmente não *sabemos* muitas das coisas que por razões práticas assumimos. Agimos, por propósitos práticos, baseados em probabilidades tão fortes que é impossível distingui-las das certezas.

Demandar certeza lógica nos assuntos sob consideração nesse livro é algo bizarro. Minha admissão de que devemos tratar em termos de probabilidades (no sentido lógico) não é um defeito; é um sinal de que estamos tratando responsavelmente com uma característica inescapável do mundo real.

**Tradução:** Felipe Sabino de Araújo Neto

[felipe@monergismo.com](mailto:felipe@monergismo.com)

Cuiabá-MT, 31 de Agosto de 2005

---

<sup>22</sup> Ibid., 118.